



O TEATRO DO PROGRESSO: DOM PEDRO II - O IMPERADOR ILUSTRADO - E O MUSEU REAL - UM IDEAL DE CIVILIZAÇÃO

Beatriz Moreira da Costa*

Resumo

A prática do Coleccionismo é antiga na nossa sociedade e ao longo dos séculos deu-se um processo paulatino de mudança das concepções sobre Coleccionismo e Museu, estabelecendo-se definições de acordo com a ressignificação conveniente ao seu tempo. À partir da chegada da corte portuguesa no Brasil, em 1808, inaugurou-se a preocupação com a criação de instituições culturais e científicas, abarcando a formação do Museu Real. A proposta desse artigo é demonstrar sob quais intenções e como o coleccionismo se desenvolveu no Brasil sob o Regime Monárquico.

Palavras-chave: *Brasil Império; Museu Real; Coleccionismo.*

Abstract

The practice of collectionism is old in our society over the centuries there has been a gradual process of change in conceptions of Collectionism and Museum, settling settings according to resignification convenient to their time. At the arrival of the Portuguese court in Brazil, in 1808, inaugurated the concern with the creation of cultural and scientific institutions, covering the formation of the Museu Real. The purpose of this article is to demonstrate under what intentions and how the collectionism developed in Brazil under the Monarchy.

Keywords: *Brazil Empire; Museu Real; Collectionism.*

* Beatriz Moreira da Costa
Graduanda do curso de História pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), bolsista do Programa Institucional
de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC),
sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Regina Maria
da Cunha Bustamante (LHIA-UFRJ) e
membro do Grupo de Estudos Kemet
(GEKemet/CEIA-UFF).
E-mail: beatrizmoreira190@hotmail.com



REVISTA
MEMORARE

UNISUL

www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593

Introdução

O século XIX foi tempo de um processo difícil: a criação ou redefinição dos Estados nacionais latino-americanos, processo conturbado em todos os países recém-criados. A partir da formação dos Estados-Nações durante o século XIX, a legitimação do poder do governante e a necessidade de criar, além de uma história comum, uma identidade comum, passaram a ser uma questão política importante, gerando inúmeros projetos que abarcassem soluções para essas demandas. (SANTOS, 2002)

Dentre os projetos de consolidação da nação estavam a criação de escolas públicas, que conseguiam abarcar com uma parte das crianças; as forças armadas as quais agora tinham regras claras para filtrar futuros interessados na adesão, tais como língua comum e aliança com países. Além dessas formas de difusão dos ideais vigentes, os governantes ainda contavam com a ajuda de diversos homens da arte, os quais produziam obras mais acessíveis à população, como músicas, pinturas e livros. Instituições essas criadas pelos novos Estados-Nacionais que visavam à definição de patrimônio nacional e moderno, os quais garantiam a representação do Estado Nacional que se formava, através de novas concepções de arte, cultura e civilização. (SANTOS, 2002)

Além das instituições públicas mais comuns, uma instituição que cumpriu igual função para o império brasileiro em seu projeto de consolidação de uma nação foi o Museu Real, atual Museu Nacional, não somente pelo contexto histórico da construção do Museu, mas pelo processo de mudança, ao longo do tempo, da concepção de “Museu” em todo o mundo; e pelo particular significado de um Museu do século XIX no Brasil, os quais partilhavam da prática da conceptualização de um mundo civilizado e em ascensão por ser uma instituição científica chave. (LOPES e MURRIELLO, 2005)

A proposta desse artigo é demonstrar, com base em uma bibliografia correspondente, o processo de mudança das concepções sobre colecionismo e museu ao longo dos séculos, assim como o significado e a importância do cientificismo para a Europa e para o Brasil em pleno século da Segunda Revolução Industrial (ALMEIDA, 2001; LEITE, 2011; LOPES e MURRIELLO, 2005; SANTOS, 2000 e 2002; SCHWARCZ e DANTAS, 2008; SOUZA, 2009; TRIGGER, 2004). Autoras como Lilia Mortiz Schwarcz e Regina Dantas defendem que a prática do colecionismo da monarquia brasileira se resumia a duas hipóteses: uma questão de alteridade, a qual definiria “o outro” – aquelas sociedades as quais estavam sendo postas, perpassando outros significados e valores, dentro de um espaço museal como mera exposição e declaração de finitude – e o “eu”; e, por outro lado, tal prática poderia sinalizar a vontade



ocidental de se possuir vestígios de todos os estágios civilizacionais para preservá-los. (SCHWARCZ e DANTAS, 2008).

As origens do museu

A prática do colecionismo é antiga na nossa sociedade, visto que desde a antiguidade é um ato recorrente. Porém colecionar comporta significados diferentes ao longo do tempo, e nem sempre associado a um espaço museológico, mas quase sempre cumprindo a função de poder simbólico, uma vez que cada civilização que pratica o ato de colecionar, ressignifica o objeto da forma que mais for útil a ela. Na antiguidade, era comum saquear os locais conquistados, transformando as riquezas materiais em espólios de guerras, dessa forma, tira-se o objeto do seu uso cotidiano, leva-o para outro espaço e ressignifica-o como um troféu de conquista. (TRIGGER, 2004)

Mouseion, vocábulo grego que designa “lugar sagrado dedicado às musas”, deu origem ao termo “Museu”, pois na Grécia Antiga esse espaço era dedicado à contemplação do pensamento, um lugar para o indivíduo poder se dedicar às ciências e às artes. Havia diversas obras – originárias de doações ou ex-votos - em exposição no ambiente, porém não eram para apreciação dos homens, e sim das divindades. O conceito “Mouseion” tomou diversos moldes de acordo com o tempo-espaço, por exemplo, no Egito Ptolomaico, significava algo próximo à universidade moderna, um espaço para a aprendizagem. Na Idade Média, o Museu está diretamente ligado ao contexto religioso, pois quem obtém a maioria das obras de artes é a Igreja, tendo ela o maior acervo em suas mãos. Na Igreja e nos monastérios havia diversas relíquias de santos e outras relíquias doadas por fiéis e pela realeza. (TRIGGER, 2004)

A mudança das práticas colecionistas é presenciada em um momento onde tais objetos teriam outras funções para cumprir, funções essas ligadas aos valores históricos. Mais especificamente no século XV, criavam-se os Gabinetes de Curiosidades, lugares aonde a aptidão colecionista da elite, e patrocinados por ela, mostra-se notável, compostos por coleções de extremos exotismos, incluindo fauna e flora. Os Gabinetes foram os lugares que inauguraram a intenção de se ter um único espaço para amontoar as coleções da época, porém sem nenhum tipo de organização ao qual se conhece nos museus modernos, pois o objetivo era exatamente ter um espaço para depositar as curiosidades recolhidas pelo mundo, curiosidade essa propícia do homem renascentista, que buscava uma realidade antropocêntrica nos ideais da antiguidade clássica em contraposição ao teocentrismo exacerbado presente na Idade Média (SOUZA, 2009).



Ao final do século XV, há o resgate da palavra “Museu” em homenagem à antiguidade clássica, tipicamente uma ação do ideal renascentista. No entanto, a preocupação em organizar e separar as curiosidades mostra-se presente, ao longo do tempo, quando há a divisão entre artes e curiosidades. As galerias, espaços maiores, sendo as responsáveis pela exposição de obras-primas e os gabinetes, espaços pequenos e particulares, que abarcavam as curiosidades. (SOUZA, 2009).

O museu como concebemos hoje é a junção dos ideais Renascentistas com os ideais Iluministas do século XVIII. É, portanto, o resultado de um processo histórico que vai desencadear, cada vez mais, na associação do museu como um espaço de preservação da nação, para suprir as necessidades tais dos estados nacionais europeus. Até o século XVIII, os estados eram monárquicos, religiosos, e a nação era identificada com a realeza, de forma que não havia cidadãos e sim súditos da monarquia específica, e o direito de sucessão ao trono era puramente divino e religioso, sendo, assim, dispensável a preocupação com a legitimidade que o povo haveria de dar. (ALMEIDA, 2001)

A Revolução Francesa desorganizou o cenário, principalmente em relação à legitimidade do governo, o qual não haveria mais sentido ser o divino. Os bens da Igreja Católica passam para a mão do Estado e então, na França, o Louvre é convertido em museu, difundindo, assim, princípios como a instrução da Nação e história. No século XIX, o colecionismo andava de mãos dadas com o racionalismo vigente, tendo, obviamente, um caráter científico e mais especializado do que os anteriores, substituindo uma cultura de curiosidade por uma preocupação em organizar os artefatos por período históricos. (ALMEIDA, 2001)

O espaço do Museu é um objeto de legitimação ideológica dos novos Estados Nacionais, pois a institucionalização do museu o torna “patrimônio nacional”. O museu é um espaço propício para a construção de um passado nacional comum, por conter fragmentos de cultura material da maioria dos estágios da civilização e mais especificamente, da nação a qual se quer legitimar. A fabricação de lugares de memória está presente em Napoleão, o qual, em 1803, rebatizou o Museu do Louvre como Museu Napoleão, administrado pelo barão Dominique Vivant Denon, arqueólogo que aconselhou Napoleão a escolher quais obras de artes, oriundas dos países conquistados, deveria levar à Paris. Para Napoleão, havia a necessidade de glorificação não só do presente, mas também dos “grandes vultos”, procurando na exaltação do passado a sede de legitimidade nacional. A legitimidade nacional se dava em diversos âmbitos, como por exemplo, a criação de bandeiras nacionais e hinos nacionais. A construção da nação contava com diversos artistas, pintores e musicistas, todos trabalhando juntos para a promulgação dos símbolos da nação no imaginário nacional através dos valores os quais se



queria difundir: civilização, progresso, ordem, urbanismo, conhecimento, entre outros. (LEITE, 2011)

O Museu Real

A partir da chegada da corte portuguesa no Brasil, em 1808, inaugurou-se a preocupação com a criação de instituições culturais e científicas, iniciativa própria para o novo contexto de inserção na “modernidade” - ser moderna, fazer parte da corrida pelo progresso, transformar-se em uma grande nação, desconstruir a imagem do exotismo tropical, do atraso e da inércia -, que abarcou a formação do Museu Real, Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (PESAVENTO, 1997)

O Museu Real, fundado em 1818, localizado em uma casa adquirida pela Corte Real no Campo de Santana no Rio de Janeiro, inicialmente, contou com a direção de um professor da Academia Real Militar, José da Costa Azevedo. O Museu Real continha diversas coleções, desde um acervo mineralógico até numismático, adquiridos através do incentivo a expedições naturalistas estrangeiras e por algumas peças que a Imperatriz Maria Leopoldina trouxe ao vir residir no Brasil ao casar-se com Dom Pedro I. Leopoldina tinha aptidão para o colecionismo, propício para o século, trouxe consigo Karl Friedrich von Martius e Johann Baptist von Spix, dois naturalistas famosos, os quais promoveram diversas incursões no país. (MUSEU Real, 2014)

Além da coleção em questão, dada a Independência em 1822, Dom Pedro I ainda teve a oportunidade de adquirir o maior acervo egípcio da América Latina, em 1824, aonde um certo Nicolau Fiengo desembarcou no Brasil trazendo consigo diversas peças egípcias, dentre elas estelas, estatuetas, papiros, múmias, amuletos, mobiliário, entre outras. Dom Pedro I comprou tais relíquias pelo valor de cinco contos de réis, posteriormente doadas ao Museu Real. Interesse esse pelo Egito Antigo o qual não se limita somente ao primeiro reinado, pois Dom Pedro II, além de fazer viagens ao Egito – escrevendo inclusive um diário sobre a viagem – ainda trouxe consigo, em 1876, um presente do soberano local, Quediva Ismail: um esquite contendo a múmia da Sha-Amun-Em-Su, uma cantora-sacerdotisa do templo de Amon, nomeada posteriormente como “A Favorita do Imperador”. O presente não foi doado para o Museu Real, somente faria parte do acervo após a transferência do Museu para o Palácio da Quinta da Boa Vista. Até esse dia, a múmia fez parte da coleção particular do Imperador de pé no seu gabinete. Entenda-se “gabinete” por “Gabinete de Curiosidades”, que consistia em coleções particulares as quais eram abertas à elite para apreciação e estudo. (BRANCAGLION JR, 2004)

A antiguidade clássica também teve espaço nesse cenário com a Imperatriz Maria Thereza Christina, esposa de Dom Pedro II, a qual subsidiou diversas escavações arqueológicas em Pompéia e Herculano, sítios arqueológicos recém-descoberto de colônias romanas soterradas pelas lavas do Monte Vesúvio. A partir do dote trazido por Thereza Christina e seus financiamentos arqueológicos, deu-se o atual acervo de antiguidade clássica do Museu Nacional. (AVELLA, 2010)

Febre do momento, as duas colônias romanas, riquíssimas em esculturas, afrescos, artefatos, mobiliários, entre outros objetos, foram utilizadas para basear o estilo neoclássico europeu e, conseqüentemente, o brasileiro, vide os atuais patrimônios tombados construídos no século XIX no Rio de Janeiro como o Hospício Dom Pedro II – atual Instituto Philippe Pinel, erigido para ser um emblema da razão e da ciência, no caso, da ciência médica – e o prédio da Academia Real Militar – atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro -, os quais funcionavam como uma reação a situações novas, mas agindo como referência a situações anteriores numa continuidade artificial (a antiguidade clássica), além de também ressaltarem a ideia de civilização e ordem através da recorrência à arquitetura que fazia referência ao classicismo, que, desde meados do século XVIII, foi relacionado a virtudes morais e cívicas calcadas na razão e no equilíbrio, bases para a consolidação da civilização europeia, que o Brasil Império se via como herdeiro e continuador na América. (LEITE, 2011)

Com a proclamação da República, o Museu Real passou para o Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista, antiga residência da família real, tornando-se o Museu Nacional em 1892. Todo o acervo do Museu Real, assim como os pesquisadores, foi transferido para o novo local, sendo também incorporado à coleção o acervo particular do antigo imperador. (MUSEU Real, 2014)

Dom Pedro II: “A Ciência sou eu”

O Imperador Dom Pedro II, definitivamente um homem ilustrado, promoveu a criação de diversas instituições públicas ligadas à educação, arte e ciência no Brasil durante o seu reinado, seguindo o processo do que era ser uma sociedade civilizada no século XIX. Houve a criação do Colégio Pedro II, a faculdade de Medicina, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Museu Nacional - que funcionava como local de pesquisa e estudo de diversas pessoas, sendo a principal instituição científica do século XIX no Brasil -, ou seja, não só houve a consolidação de instituições existentes, como a fundação de uma ciência nacional. (SCHARWCZ, 1998)



Entre inúmeras fontes documentais, encontra-se um artigo nomeado de *D. Pedro II no Egipto* resultado de uma conferência dada por Nicolas Debanné, que na época ocupava o cargo secretário da Embaixada do Brasil no Egito, no Instituto Egípcio, situado no Cairo. Esse artigo foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro n. 75 de 1912 e demonstra muito sobre a personalidade do imperador envolta de cientificismo e racionalidade:

Fallando-vos de d. Pedro, não é de um estrangeiro que me occuparei, mas sim de um dos vossos: por isso, exprimo-vos o meu reconhecimento pela prova de confiança e amizade [...]. D. Pedro II foi o grande soberano de um grande Estado; presidiu brilhantemente por mais de meio século aos destinos de um paiz por si tão extenso quanto toda a Europa; foi o educador de um povo que elle formou desde a infancia como nação, para deixa-lo, em plena idade viril e em plena força, preparado para tornar-se o grande povo, que hoje conhecemos.

Mas d. Pedro também foi o “imperador homem de sciencias”, como o denominava o seu amigo Pasteur; o “príncipe philosopho”, como appellidava Lamartine; o neto de Marco Aurelio, como o chamava Victor Hugo, Membro de diversas sociedades scientificas, do Instituto da Franã e do Instituto Egiptio, foi vosso colega ou de vossos predecessores; e, embora a sua modéstia procurasse ocultar seustitulos, para ele era especial prazer ostentar o ultimo; [...].

Um homem que afirmava ser a ciência, não era menos do que um simpatizante das ciências. Como um imperador itinerante, realizou múltiplas incursões no Brasil e excursões pelo mundo - tais visitas se inserem no contexto de construção de uma identidade nacional -: ainda em 1840, explorou o território brasileiro com o objetivo de conhecê-lo e fazer-se conhecer por seus súditos; já a partir de 1870, D. Pedro II visita países no exterior, tais como a Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Egito, Palestina e a Ásia Menor. Conhecido também por sua habilidade em tradução era de fato um linguista de grande porte. D. Pedro II não era somente um imperador ilustrado que se limitava à prática erudita de acumulação de conhecimento, ele estava comprometido em produzir soluções para os problemas internos do Brasil, visando o progresso (SANTOS, 2002).

Por meio da participação direta ou do financiamento a expedições, pintores, escultores, músicos, cientistas, D. Pedro II incentivou um projeto que lembrava muito o vigente na Europa, com algumas exceções, o Imperador desejava o fortalecimento do regime monárquico e do Estado por intermédio da unificação nacional, que também seria uma unificação cultural. D. Pedro II e a elite política preocupavam-se com a criação de uma memória nacional e a afirmação do sentimento de pertencimento a uma nação comum. (SCHARWCZ, 1998)

E a função do Museu Real não foi diferente, pois colecionar objetos significa – consequentemente – ressignificar, e foi exatamente isso que ocorreu com o acervo do museu em questão. Ter artefatos tanto do território brasileiro, como de civilizações antigas, reafirmava a



concepção de que o museu era um espaço de representação do passado como símbolo do poder, seja por assimilação do progresso de tais civilizações, seja por imposição de conquista, ou seja, é uma fatídica “musealização” da história – inventada ou não - do país. A afirmação de elementos de glorificação da nação ou do Estado resgatando o passado para legitimá-la foi uma característica vigente do século XIX europeu, copiado por D. Pedro II, porém com algumas particularidades, como, por exemplo, a escola romântica presente no Brasil destoante do puro neoclassicismo europeu – apesar da escola neoclássica estar extremamente presente em edifícios para promulgar as concepções de ordem e legitimação. (LEITE, 2011)

Como afirma Schwarcz e Dantas, o Museu possuía a função de reafirmar a identidade de D. Pedro II como um homem das ciências, visto que o próprio tinha o projeto pessoal de ser o exemplo de cientista e mecenas, considerando que se o país não é configurado dentro as grandes civilizações, ao menos as possui, conseguindo receber um lugar paralelo a elas e se igualando ao projeto Europeu de nação. Dessa forma, as autoras concordam que o museu servia como espelho para D. Pedro II, pois reproduzia e invertia sua imagem: reproduzia, pois de fato lhe fez igual ao estereótipo civilizacional europeu o qual visava parecer; mas também invertia, de modo que dentro do museu o que mais havia era representação. Entretanto, com sua imagem refletida ou invertida, o imperador fazia de sua coleção uma espécie de teatro do seu poder. (SCHWARCZ e DANTAS, 2008)

Considerações Finais

Os monarcas do século XIX foram grandes colecionadores e grande parte de suas coleções particulares se reverteram em Museus Nacionais. Dom Pedro II, um visível observador da Europa, não fez menos do que ser um grande colecionador de artefatos tribais e outras curiosidades, de acordo com os estereótipos oitocentistas. Colecionar e dar um novo significado aos objetos, no Brasil, demonstrou a aptidão pela criação de identidades particulares e coletivas, assim como baseou o projeto de nação pautado na alteridade do “eu” – civilizado e, portanto, igualado à Europa e – em contraposição ao “outro” – não-civilizado ou bárbaro –.

Houve limites nessa pesquisa, de forma que se podem explorar outros campos, como os ideais positivistas e românticos – a necessidade de preservar vestígios do passado para o futuro, completando o processo histórico da humanidade - presentes no Brasil no século XIX e uma discussão mais profunda sobre como as elites brasileiras participavam do espaço museal e como contribuíam para o projeto nacional. Um tema que poderá ser desenvolvido posteriormente gira em torno da influência positivista para a organização do museu, de modo que a vontade de colecionar diversos estágios da civilização é impulsionada pelo mito do progresso.



Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. *O “Colecionismo Ilustrado” na Gênese dos Museus Contemporâneos*. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 33, 2001.
- AVELLA, Aniello Angelo. *Teresa Cristina Maria de Bourbon, uma imperatriz silenciada*. In: Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade – ANPUH/SP. 2010.
- BENNETT, Tony. *The birth of the museum: history, theory, politics*. London: Routledge, 1995.
- BRANCAGLION JR., Antonio. *As Coleções Egípcias no Brasil*. In: BAKOS, Margaret (org.), *Egiptomania – O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, 2007.
- DEBANNÉ, Nicolas. *D. Pedro II no Egypto*. Revista do Instituto historico e geographico brasileiro, v. 75. 1912. p. [131]-157.
- LEITE, Beatriz. *A arte como expressão da glória: Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Altamira editorial, 2011.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOPES, Maria Margaret. *Museu, História, Educação, e Ciências – Contradições e Exclusões*. *Ciências e Ensino*, São Paulo, n. 10, Junho de 2001.
- LOPES, Maria Margaret e MURRIELLO, Sandra Elena. *Ciências e educação em museus no final do século XIX*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12 (suplemento), p. 13-30, 2005.
- MUSEU Real**. In: *Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm> Acesso em: 12 de maio 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Políticas da memória na criação dos museus brasileiros*. *Cadernos de Sociomuseologia* - Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, n. 19, 2002.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional*. *Sociedade e Estado*, vol.15, no.2, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e DANTAS, Regina. **O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 46, fev. 2008.

SOUZA, Helena Vieira Leitão. **Colecionismo na Modernidade.** In: XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH. Fortaleza, 2009.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VERGARA, Moema de Rezende. **A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República.** Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.